

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2014:** *Aos vinte e dois dias do mês de Maio do ano dois mil catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dr.ª Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Dr.ª Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.** =====*

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que fez a seguinte intervenção: Bom dia, três coisas rápidas. A primeira, tem a ver com uma ETAR que a Beliape tinha e que depois do abandono das instalações ficou sem qualquer tipo de intervenção. E o que se verifica é que aquilo emana uns cheiros com muita intensidade em alguns dias. Se calhar seria importante nós visualizarmos o que é que se passava. Não sei se aquilo já foi vendido ou não, já estive o leilão várias vezes marcado, mas não sei se foi ou não. Se não foi e se houver necessidade de intervenção há um Administrador da Massa Falida e', portanto, terá que ser contactado porque o cheiro é nauseabundo e está ali alguma coisa a apodrecer e não parece saudável para ninguém. O segundo é dizer que: Foi com tristeza que vi Albergaria a tomar a iniciativa de organizar um Festival do Pão, uma ideia que já se falou neste concelho há tantos anos. Poderíamos ser pioneiros na iniciativa e faria todo sentido a acontecer que acontecesse num concelho onde existe realmente um pão característico, que não é caso de Albergaria. E deixamos passar e perdemos esta oportunidade de sermos pioneiros, porque hoje os concelhos também já se batem por ideias novas, por iniciativas e esta claramente, pelo que eu li, foi uma boa e uma excelente participação em Albergaria. Não andamos aqui a competir com ninguém, mas acho que perdemos a oportunidade, porque já falamos disso várias vezes e lamento que a tenhamos perdido. Uma outra questão, acho que depois de aprovarmos leis que regulamentam coisas*

essenciais do nosso concelho, de vez em quando, devemos fazer uma paragem e tentar avaliar o impacto que essas leis têm no dia-a-dia das pessoas. E falo, nomeadamente, sobre o PDM e algumas Normas que emanam do PDM. Uma das coisas que ficou lá, tinha a ver com as pessoas que devem murar as suas propriedades em respeito com o alinhamento existente, qualquer coisa assim desse género. Isso, efetivamente pelo que eu percebo, está a ser levado à letra mesmo. E, acho que o impacto não parece que seja positivo. Eu conheço uma situação, por exemplo, na Rua do Torreão, onde o particular quis recuar para dar espaço até para ter estacionamento e o processo de obras foi-lhe indeferido porque tinha que fazer o alinhamento pelo existente. E todos nós sabemos, por exemplo, da necessidade que aquela rua tem em ter estacionamento. Das multas que ali se passam, porque as pessoas ao estacionar não permitem a circulação de duas viaturas e por isso as pessoas estão sentadas a jantar na Casa do Torreão e são incomodadas para tirar os carros. Acho que se perdeu ali uma oportunidade de começar a implementar naquela rua afastamentos. Afinal já está lá uma fábrica de madeiras que procedeu ao seu afastamento e bem. Acho que com esta Norma se está a impedir que nós fiquemos com mais qualidade de vida nas populações. E um exemplo disso está a acontecer agora também em Cucujães, que é na Rua Brás Doze da Costa, (penso que é o nome da rua onde a Dr.^a Gracinda vive) onde o proprietário do terreno do topo dessa rua está a vedar o terreno e está a vedá-lo em continuidade dos outros que vêm da zona do Monte e está a fazer um passeio que, eu não sei, terá 30 centímetros não terá mais. E eu fico-me a perguntar: Como é que nós temos uma rua daquelas que deveria permitir a construção de passeio em toda ela, pelo menos daquele lado, e estamos a permitir passeios de 30 centímetros. Andamos a convidar os particulares com o “Integra”, dando-lhe o Selo do Integra, e nós como poder público não fazemos aquilo que é essencial que é construir passeios, pelo menos na zona onde podemos construir com dignidade. Aliás, tenho dúvidas que aqueles carros modernos de bebé, mais largos, caibam naquele passeio. Portanto, acho que devemos fazer uma reflexão sobre isto, sobre estes alinhamentos que se andam a verificar, saber se valerá a pena, se não estamos a comprometer a qualidade, das nossas freguesias, da nossa cidade com esta norma do alinhamento pelo existente. Se não seria um desafio tentarmos, logo que possível, começar logo a alargar, porque as casas têm todas elas um tempo e muitas vezes aquela necessidade que tínhamos de ter a casa em cima da rua hoje já não existe porque as pessoas a construir já constroem mais afastadas. E, portanto, acho que devíamos dar um sinal claro do que queremos. Hoje as pessoas andam a caminhar naquela zona em Cucujães e têm de andar em filinha porque realmente não há passeios dignos. Acho que falar em acessibilidades, falar em qualidade, passa também por isto e acho que nós devemos fazer uma reflexão sobre o impacto destas Normas que aprovamos porque, às vezes, em termos teóricos são muito interessantes, mas depois têm um efeito prático que eu acho que não dá qualidade de vida às pessoas. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Muito bom dia. Gostava de trazer aqui alguns eventos que tiveram lugar no nosso município. Começava pela abertura e inauguração do novo Centro para a Qualificação e Ensino Profissional da Escola Básica e Secundária Ferreira de

Castro que abriu no dia 15 de maio, na semana passada, e que completa aquilo que são as ofertas formativas e de qualificação no nosso município. Portanto, é de saudar, tanto mais que este é o único Centro de Entre o Douro e Vouga que foi aprovado para funcionar numa escola pública e que visa também suprir a lacuna que ficou aberta pela extinção dos Centros de Novas Oportunidades e que permite a qualificação e a orientação do ponto de vista do público mais adulto. E, portanto, um Centro que eu saúdo, até pela importância que tem não só para o município como para poder servir e atrair gente de outros municípios. Também gostava de referir a visita do Senhor Ministro da Educação de Moçambique, que esteve no nosso Município no dia 20 de maio, tendo sido recebido na Câmara Municipal e ter estado connosco durante toda a manhã, onde assistiu ao seminário “Ensino dual e formação no contexto de trabalho” que contou com a participação de vários especialistas na área da educação e onde teve a oportunidade de conhecer, quer em Oliveira de Azeméis, quer na região, todas as ofertas formativas e o modo como se procede quer as ofertas formativas em especial na área do ensino profissional mas também das ligações ao mundo empresarial, nomeadamente na forma como há esta rede de parcerias entre as escolas e as empresas. Foi uma oportunidade, porque é segunda vez que o Senhor Ministro da Educação de Moçambique visita Oliveira de Azeméis, a primeira vez foi como Vice-Ministro e agora como Ministro da Educação. É uma oportunidade para ele conhecer melhor a nossa realidade, para também estabelecer alguns contactos com os nossos empresários e, naturalmente, abrem-se aqui novas oportunidades também na área da expansão e da participação eventual das empresas do município de Oliveira de Azeméis com Moçambique. Uma parceria que se pretende naturalmente dar continuidade e também na sua ligação com a Escola Superior Aveiro Norte que funciona em Oliveira de Azeméis. Também outro evento que decorreu recentemente, no dia 10 de maio, o primeiro Encontro Metropolitano das Associações de Pais, que reuniu para além dos pais, encarregados de educação, na Escola Secundária Ferreira de Castro, vários especialistas na área da educação e que discutiu, durante todo o dia, temáticas relacionadas com a área da educação e também equacionou perspectivas de futuro naquilo que diz respeito à educação e de ensino. Este encontro metropolitano contou com a presença do Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, que encerrou o seminário. Foi mais uma jornada prática em termos do que é a atividade educativa e ainda a iniciativa sempre louvável das associações de pais que participaram neste processo de uma forma ativa e de uma forma participativa. Também gostava de referir que o Município de Oliveira de Azeméis foi convidado para fazer parte de um leque restrito de municípios a nível nacional que irão participar num projeto piloto relativamente às transferências de competências do governo central para os municípios. Ainda é um processo que está no início, mas que terá desenvolvimentos proximamente, sendo certo que será sempre um processo que envolverá todos os agentes educativos, no sentido de se perceber se de facto podemos entrar neste processo de forma positiva e de forma também a entrar naquilo que é uma maior responsabilidade e responsabilização do município em matéria da gestão e administração educativa a este nível, a nível local. Uma última palavra, relativamente à realização do Mercado à Moda Antiga - XVIII

Edição. Como todos sabem decorreu no último fim-de-semana e constituiu, do meu ponto de vista, do nosso ponto de vista, um dos maiores eventos realizados em Oliveira de Azeméis, sobretudo com a participação muito significativa das Associações e Coletividades do Município de Oliveira de Azeméis; para além de contar com um programa de animação cultural, centrado sobretudo na animação das ruas e que teve uma adesão sem precedentes do público; para além de durante o sábado toda a tarde ter tido Oliveira de Azeméis uma divulgação através de um programa na RTP que durou das 14h às 20h e que foi mais um contributo de divulgação e impacto desta iniciativa. É um cartaz que já se tinha afirmado, naturalmente. Este ano, uma vez que a Câmara Municipal assumiu a responsabilidade em parceria com a FAMOA, contribuiu também de alguma forma para que atingindo a maioria ele possa de facto ter já tido a sua afirmação e de contarmos sempre com este projeto nos próximos anos envolvendo, como disse, a comunidade, as associações e os artesãos do Município de Oliveira de Azeméis que de alguma forma também constituem uma forma de as próprias associações terem aqui uma entrada de valor para as suas atividades durante todo o ano. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Bom dia a todos. Senhor Presidente, algumas questões: a primeira pegar, nesta última parte da intervenção do professor Isidro e saudar a realização do Mercado à Moda Antiga, creio que o tempo também ajudou, aliás, foi uma boa manifestação cultural e recreativa. Devemos continuar a trabalhar e a pugnar para que, sempre que possível, possamos acrescentar algo de novo e melhorar a iniciativa. E nesse âmbito, Senhor Presidente, fazia-lhe aqui, construtivamente, duas sugestões: a primeira, acho que devemos criar melhores condições de acessibilidade e circulação para viatura de emergência, acho que houve aí uma ou outra situação que deveria ter sido acautelada, evitar essas situações; a segunda, atendendo à quantidade de pessoas que nos visitam neste fim-de-semana, estranhei que o estacionamento do Antigo Mercado Provisório estivesse fechado e praticamente sem parqueamento de viaturas, quando tudo à volta estava absolutamente lotado e até fora dos locais próprios. Acho que a receita que a Costa Parques retira daquele espaço, de €0,50/dia é insignificante e acho que tinha sido um contributo atendendo a que não se paga no concelho e acho que faria todo o sentido que o Parque estivesse aberto. Aquela máquina depois também tem problemas, quem não tiver trocos também não consegue estacionar, porque a máquina não dá trocos. Portanto, era de certa forma confrangedor ver o Parque de Estacionamento todo vazio porque as pessoas não entravam e tudo à volta completamente lotado. Era sinal de que as pessoas vieram à iniciativa. Cruzando esta questão com a Costa Parques, Senhor Presidente, que são os exploradores daquele espaço, perguntar-lhe como é que está a situação, porque achei deveras preocupante o facto de eles deverem cerca de 200 mil euros ao Município no final do ano. Saber se a situação está a ser regularizada ou em vias de regularização e o que é que nós estamos a fazer para esse efeito. Temos aqui, digamos, um cliente que não paga 200 mil euros, estou certamente convencido que se fosse outro cliente qualquer que devesse alguns trocos já estaria a ser crucificado e sistematicamente notificado para o pagamento. Portanto acho que devemos exigir a esta entidade o cumprimento integral, até porque os Oliveirenses

pagam, não ficam a dever à Costa Parques. Os Oliveirenses pagam as taxas de estacionamento e, portanto, devemos exigir celeridade nesta matéria. Uma outra questão, Senhor Presidente, tem a ver com a posição do Município, se é que já foi tomada alguma posição, na questão da venda das ações da ERSUC, no âmbito da Parpública, ou seja, a Parpública notificou o Município, creio que tinha até ao final da semana passada, não sei agora exatamente qual era o dia, para manifestar uma opção de venda. Espero que o Senhor Presidente não tenha respondido a essa missiva, portanto, que não esteja disponível para alienar a posição do Município numa entidade lucrativa e que distribuiu dividendos. Portanto, saber se o Município se comprometeu com alguma questão nesta matéria? Perguntava, se já conseguiu encontrar o estudo da Quaternaire. O Senhor Presidente entregou o referido estudo ao Vereador Helder Simões. O Vereador Helder Simões continuou a sua intervenção: Espero depois poder analisar convenientemente. Senhor Presidente, uma última questão que tem a ver com o Caracas e com os sistemas de som existentes. A primeira questão que eu deixava aqui é que acho que devíamos criar condições para assegurarmos internamente grande parte daquela prestação de serviços de som no Caracas e evitar uma despesa sistemática que vamos tendo, com um pequeno sistema de som, se calhar resolvíamos 70%, 80% das iniciativas. Mesmo que não seja essa a postura do Município, Senhor Presidente, não faz sentido, a meu ver, é que um determinado empresário, pelos vistos, usufrua daquele espaço com toda a comodidade e disponha de armazém quase próprio dos seus equipamentos e que isso depois vá criar condições de desequilíbrio de igualdade para com todos os outros concorrentes a quem a Câmara Municipal solicita preços, orçamentos, etc..., etc.... Portanto, nada contra as empresas que concorrem. Agora, as empresas não devem estar em situações de desigualdade, nesta matéria. Deixava aqui este registo. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Bom dia. Só para salientar que nós todos tivemos o prazer de estar na inauguração da Nova Loja Interativa do Turismo. Este é um projeto que já tem alguns anos de trabalho no seio do Turismo do Porto e Norte de Portugal. Oliveira de Azeméis honra-se, e digo isto com alguma satisfação, de ter estado sempre na defesa deste projeto quando ele menos expectativas de concretização teve, defendeu arduamente mesmo em relação a alguns céticos e algumas entidades ligadas ao turismo, nos últimos tempos. É um projeto que como o Senhor Presidente disse no final da sessão “Um ponto de partida para novos desafios”, ou seja, é algo que eu vou ter que transmitir um bocadinho à comunidade, é que esta é uma loja que depende muito da população local, depende muito da interação entre as forças comerciais, os agentes da cidade, os empresários. Esta não é uma loja típica como a gente conhecia as lojas do turismo, os antigos postos de turismo. É algo que tem de fazer parte não só como uma porta de entrada para referenciar os nossos ícones e as nossas valências turísticas, mas tem que ser, claramente, algo que faz parte do dia-a-dia da comunidade. Esse é o objetivo que está lançado, é o desafio a que o Posto de Turismo se propõe e isso parte muito da interação com, nomeadamente, os outros municípios e os agentes locais. Dizer-vos que é uma loja com uma capacidade de apreensão fácil, ou seja, qualquer pessoa normal conseguirá ter a noção da realidade local, mas

também de toda a região norte. Neste caso, não conseguimos ainda reunir 82 concelhos da região norte, mas estamos em 65. A nossa loja foi a 21ª primeira a ser aberta e é uma loja que nos permite quase tudo e nos dá a capacidade de programarmos as nossas viagens, com toda a comodidade, para qualquer local do mundo. É a primeira fase de um projeto que engloba também a vertente comercial da loja, ou seja, a possibilidade que o Município de Oliveira de Azeméis tem em trocar os seus produtos noutras cidades, noutros concelhos e o mesmo acontecer em Oliveira de Azeméis; nós poderemos vender produtos que, dentro de um quadro regulamentado, serão depois definidos no sentido de depois sabermos o que é que podemos comercializar dentro da chancela Turismo do Porto e Norte de Portugal. Portanto, é também uma loja de informação 24 horas, porque temos uma operadora eletrónica 24 horas ligada no exterior e, portanto, permite em qualquer altura o nosso visitante poder tirar as informações e os contactos necessários. Para além dessa famosa, que está de facto a tornar-se uma ex-líbris, principalmente dos jovens, a famosa selfie. E eu, já que está aqui a comunicação social, também, gostaria muito de facto que olhássemos para a loja interativa como ela de facto é de valor imenso, é para os Oliveirenses, é isso que nós pretendemos. Pretendemos que os Oliveirenses sintam aquele espaço como um bocadinho deles, e, por aí facilmente conseguiríamos uma maior interação entre as valências locais e os nossos municípios. Por último, pessoalmente salientar que de amanhã a oito, no dia 30 de maio, vamos ter o IV Sarau Gímnico de Oliveira de Azeméis. Para quem nunca foi, aconselho a ir, é um espetáculo absolutamente fantástico, em que temos não só as nossas escolas de dança com boa qualidade artística, mas temos os melhores clubes de ginástica rítmica de Portugal. Este ano infelizmente não vai poder estar o Acrogym da Maia porque infelizmente teve compromissos, mas a verdade é que temos desde o Acrogym Clube de Coimbra, Grupo Ginástica de Vouzela, são de facto campeões nacionais têm as melhores qualidades. É de facto um espetáculo muito bonito. Eu aconselho a estarem presentes e convido a comunicação social também a estar presente. A entrada é paga, mas é um valor simbólico de dois euros (2€). Mas, eu gostaria muito que vocês passassem lá, que certamente ficariam bem surpreendidos. Ainda para mais, temos também lá o Grupo de Patinagem Artística de Cucujães, a Oficina Meia Ponta, a Escola Básica e Secundária de Fajões e a Escola Básica Comendador Ângelo Azevedo. E digo-vos não nos vão deixar ficar mesmo mal. Muito obrigado. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Algumas notas. Uma delas, vamos ter no próximo dia 25 de maio eleições europeias. Digamos que em termos de momento de campanha permitiu algum debate público de opinião, que ocorreu num debate promovido pela Azeméis FM. É um contributo e julgo também, e esta é só uma pequena nota, que todos nós temos a obrigação de procurar dar contributos para que os atos de eleição não seja a triste realidade com que nós somos confrontados ato eleitoral após ato eleitoral. E, portanto, também aqui, sobretudo quando todos percebemos que as questões europeias têm implicação direta e relevante naquilo que é o nosso quotidiano, digamos naquilo que é a nossa vida, é absolutamente importante quanto mais não seja através dos fundos comunitários que fazem tanta falta para o nosso

desenvolvimento, para os nossos investimentos não só públicos mas também privados. É importante que nós sempre que possamos levantemos as questões europeias. E, portanto, nessa matéria, eu julgo que nós podíamos ter feito uma Assembleia Municipal temática sobre as questões da Europa, onde poderíamos promover um debate sobre a Europa. E fica-nos bem, porque obviamente que temos de começar a introduzir as questões europeias de forma mais regular naquilo que é debate político nacional, exatamente a nível regional. Isto é só uma nota. Obviamente que, o primeiro encontro da Associação de Pais da Comunidade Educativa da Área Metropolitana do Porto, também nos merece os mais rasgados elogios. Está de parabéns a FAPCOA. Foi uma jornada de reflexão importante sobre as questões da educação e essas questões são questões queridas para este Executivo. Estive presente numa grande parte, digamos, das jornadas e tive oportunidade de ver posições claramente divergentes em matérias de educação. Portanto, sendo uma área onde devia de haver posições consensuais, percebi que há diferentes visões. Mas todos concordaram, foram concomitantes na relevância de defender uma escola pública de qualidade e para todos. Eu sublinho para todos, porque para nós Socialistas esta é realmente uma questão de princípio, é uma questão de doutrinária, é uma questão filosófica. Portanto, nós defendemos uma Escola Pública para todos, que promova a igualdade de oportunidades no acesso à educação; uma escola de valores e que prepare para a vida melhores cidadãos. Portanto, esta jornada de educação foi extremamente interessante para que nós fizéssemos diagnóstico da situação da Educação no nosso concelho, pudéssemos perceber aquilo que se passa, por exemplo, num outro concelho onde a estratégia é um pouco diferente da nossa, por exemplo, o concelho de Vila Nova de Gaia. Mas, objetivamente, percebemos que toda a gente defende o reforço de uma escola pública de qualidade, que transmita conhecimento, que permita formar e qualificar melhores indivíduos. Em relação às comemorações do 16 de maio, portanto os 30 anos de elevação a cidade, o programa teve várias iniciativas, que permitiram assinalar esta data. Já aqui foi referida, a inauguração da Loja Interativa do Turismo. Obviamente que esta é uma iniciativa importante, é uma loja agradável, é um espaço com qualidade que vai permitir receber com dignidade quem nos visita, vai permitir prestar informações relevantes a quem nos visita e obviamente vai permitir também colocar o Município e aquilo que cá se produz, aquilo que temos de bom, numa plataforma em rede, com ligação ao mundo, o que vai permitir, amplificar aquilo que são as nossas potencialidades, nos mais variados domínios, para um universo de pessoas. E, obviamente, isto é extremamente importante. Pela negativa, tenho de fazer uma crítica em relação a alguma desconsideração que é feita à oposição e, nomeadamente, também ao papel que o Executivo deve desempenhar. Estou a referir-me, concretamente, à atribuição das Medalhas de Mérito Municipal. A Autarquia comemora, a elevação a cidade, todos os anos e, portanto, nós temos oportunidade de preparar com a devida antecedência e com a devida responsabilidade um programa comemorativo, ou alusivo às comemorações dessa data. Esse programa deve ser feito com antecedência, deve ser dado aos Vereadores e os próprios Vereadores e o próprio Executivo pode participar e deve participar na elaboração desse programa. E, portanto, não faz sentido a forma como foi tratado

o processo de atribuição das Medalhas de Mérito Municipal. Obviamente, eu faço aqui já este parêntesis para não entrarmos aqui numa discussão sem sentido, não está em causa obviamente o mérito e a legitimidade dos homenageados contemplados com a atribuição da medalha que merecerão naturalmente esta e porventura outras. O que está em causa é que a Câmara não cumpre sequer aquilo que está estipulado no seu Regulamento Municipal de Distinções Honoríficas. Ora bem, se a Câmara não cumpre os próprios regulamentos, os regulamentos que produz, como é que pode pedir aos munícipes que cumpram esses regulamentos. Portanto, aqui é uma questão, básica de responsabilidade, de gerir as coisas com responsabilidade e fazê-las bem. Nós sabemos que a atribuição dessa medalha é da competência da Câmara e no artigo 9º deste Regulamento Municipal de Distinções Honoríficas é dito “Que a sua concessão será objeto de deliberação tomada por 2/3, sob proposta de qualquer dos membros do Executivo.” O que é que acontece? Acontece que os Vereadores da oposição tomaram conhecimento da atribuição das Medalhas de Mérito Municipal pela comunicação social. E, curiosamente, não deixa de ser curioso, isto é só um pequeno aspeto que eu quero sublinhar, o despacho é do dia 16, mas a comunicação já anunciava no dia 15, amplamente, a atribuição das Medalhas de Mérito Municipal, isto é, absolutamente básico, absolutamente errado. Mas, o que eu queria aqui deixar claro é que nós vamos hoje ratificar aqui esta decisão e não havia nenhuma necessidade deste processo ter sido tratado desta forma, devíamos tê-lo feito através do processo normal e não estaríamos aqui hoje a ratificar uma decisão de atribuição de medalhas a um conjunto de personalidades que, obviamente, como eu já disse, volto a referir, eventualmente, as merecerão sem qualquer pergunta, sem qualquer reserva. Mas, o que é um facto é que se nós quiséssemos extrapolar isto para uma situação onde por exemplo um conjunto de vereadores discordasse de um dos nomes, nós estaríamos aqui numa situação absolutamente embaraçosa. Não sei qual é que seria a solução do Executivo, eventualmente alteraria à pressa o Regulamento ou, então, pedia a medalha de volta ao homenageado. Seria um verdadeiro disparate. E portanto, Senhor Presidente, aquilo que eu quero dizer é que não há nenhuma razão para isto ser tratado da forma como deve ser tratado porque efetivamente este programa é elaborado e é desenhado pelo Senhor Presidente. Portanto, esta prática de homenagearmos personalidades relevantes com dimensão regional e até nacional, é uma prática que vem sendo instituída e deve continuar a ser instituída, obviamente. Mais alguns aspetos que eu queria aqui referir, estão a ser feitas um conjunto de intervenções, na área central da cidade, no domínio dos pavimentos, nas imediações da Soares de Basto, na Praça da Cidade. Eu queria também chamar á atenção do Executivo para a Estrada Nacional 224, que liga o centro da cidade ao sul do concelho, à freguesia de Loureiro. Essa estrada está em muito mau estado, é uma estrada que tem um tráfego intenso. Evidentemente, que muito do tráfego que por ali passava com a construção da Variante diminuiu, passou a fazer-se pela variante. Mas é uma estrada que está a apresentar sinais de degradação e obviamente que o executivo tem de começar a pensar numa intervenção e uma intervenção com alguma profundidade, não pode ser uma intervenção que se limite a tapar buracos. Uma outra nota que tem a ver com uma recomendação que eu faço ao

Município, é uma recomendação recorrente, da primeira vez que a fiz foi feito o exercício de contactar os promotores da festa, portanto, nós sabíamos obviamente qual é que seria o resultado. Eu acho que o Executivo não deve permitir que os seus espaços sejam disponibilizados para a utilização de eventos onde se venda álcool a menores. Isto deve ser absolutamente proibido. O Executivo Camarário não deve permitir este tipo de situações. Não tenho rigorosamente mais nada a dizer sobre isto. Uma última nota sobre o antigo ciclo Bento Carqueja, nós conhecemos o processo, sabemos que existe um protocolo, sabemos que esse protocolo nos “impede” de usufruir de um espaço que é nosso. Aquilo que eu recordo, enquanto não avançar a construção da Escola de Saúde, aquele espaço continuaria a ser disponibilizado à Escola Superior de Enfermagem. O Prof. Isidro tem acompanhado esse dossier. O que é um facto é que nós não temos possibilidade de o resolver. Não parece que seja possível num futuro próximo a construção da Escola Superior de Saúde, mas mesmo que venha a existir essa possibilidade, que todos desejamos, obviamente que é possível nós continuarmos a albergar algumas das ocupações que são dadas a este espaço da Autarquia. Agora, o que importa resolver é de uma vez por todas a disponibilização total daquele espaço. Julgo que a Universidade Sénior de Oliveira de Azeméis está a fazer um excelente trabalho. O último encontro de Coros é mais uma das excelentes iniciativas que fazem parte do plano de atividades da Universidade Sénior de Oliveira de Azeméis e, obviamente, eu julgo que a Universidade Sénior deve ser completamente transferida para este espaço. Há condições para o fazer, não tenho a menor dúvida sobre isso. E, a partir daí, nós temos a possibilidade de ficar com aquela renda, com aquele valor da renda disponível para, por exemplo, porque não, atribuí-lo sobre a forma de subsídio à própria Universidade Sénior financiando assim algumas das atividades ou outras atividades complementares daquelas que realizam. Acho que faria todo o sentido. Acho que nós não devemos permitir que, durante mais um mandato porque no último mandato não conseguimos resolver este problema, este mandato passe sem que nós encontremos para ali uma solução que permita transferir definitivamente a Universidade Sénior, obviamente, se a Universidade Sénior quiser ser transferida para lá, se fizer questão de o não ser, este problema está ultrapassado. Mas digamos que é um espaço importante no Centro da Cidade, que devia estar disponível para outro tipo de serviços. Era só, senhor Presidente. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Muito bom dia. Eu começaria por dar nota positiva a alguns eventos culturais/ sociais que foram realizados no nosso Município durante estas duas últimas semanas e iniciaria esta listagem pelos II Encontros sobre Ferreira de Castro, realizados a 9 e 10 de maio, com o apoio também da nossa Autarquia e que permitiu falar, discutir, debater ideias, sobre a literatura, sobre o exemplo de vida do Ferreira de Castro, os seus valores e aquilo que nós também queremos para a nossa comunidade atual, foram realizados na Casa Museu no dia 9 à noite e depois no dia 10 na Biblioteca Municipal. Também falamos da abertura de uma exposição no Museu Regional de Oliveira de Azeméis, uma exposição de um pintor Paulo Fontes, que foi também adicionado um conjunto de retratos (que são propriedade da associação) de 1917. Portanto, esta exposição foi

aberta no sentido, também, de estar associada ao Mercado à Moda Antiga e que os visitantes pudessem também observar ali obras, quer de arte moderna, quer da arte de 1900. Também queria referir o III Ciclo de Conferências levado a cabo pelo Centro Infantil e Social de Cesar, este ano subordinado ao tema “interrogações éticas do cuidado no fim de vida.” E reconhecer aqui o mérito desta instituição, no sentido da preocupação que tem também em dar formação e de formação atual a todos os técnicos e pessoas da comunidade, que queiram associar-se a este evento. Tem sido interessante porque os temas são bastante pertinentes e ajudam também quer o trabalho diário de muitas pessoas ligadas a estas temáticas, mas também à sociedade em geral. Uma outra referência para o dia 15 maio é o dia Internacional da Família e nós aqui no Município também tivemos algumas iniciativas. Queria-vos dizer que, um pouco por todo o Município, em 17 instituições sociais houve atividades relacionadas com o dia Internacional da Família. E nós também tivemos, da parte da tarde, a apresentação do nosso Programa Municipal da Família, porque achamos que este ano faz 20 anos que ocorreu pela primeira vez a comemoração deste dia, além de que em 1994 foi comemorado o ano Internacional da Família. Então, passados 20 anos, entendemos não comemorar o ano europeu, mas o ano municipal para a família. E queria, desde já, dar-vos notas de algumas iniciativas que irão ser realizadas. Este plano está dividido em quatro áreas de intervenção: Uma primeira área de promoção social; Uma segunda área de informação e sensibilização; Uma área de eventos; E uma área de promoção cultural. Em cada uma destas áreas há um conjunto de iniciativas. Eu não vou estar aqui a dizer, elas vão estar online no nosso site e ficarão depois anexas à ata. Na promoção social, versa toda a intervenção social, quer da Câmara, quer até de algumas instituições, nomeadamente, na questão do projeto “Time”. Na realização de ações de informação e sensibilização, também temos aqui a Cerciaz e o Time. Nos eventos, já tivemos a realização do dia municipal das Escolhas Saudáveis, mas também do Dia Internacional das Famílias, iremos ter as Bodas de Ouro, um baile conjunto, a minha família é um espetáculo e um evento municipal interfamília que será realizado em outubro. Na parte cultural, teremos aqui várias iniciativas nos nossos diversos equipamentos culturais. Nesse dia, dia 15 de maio, tivemos além da apresentação do programa municipal da família, um encontro no feminino, chamado empreendedorismo feminino, onde se tratou as questões de conciliação da vida familiar e da vida profissional, onde tivemos como convidados a Dr.^a Rosa Oliveira da SIG e a Dr.^a Carla Rodrigues da Assembleia da República. Nesse mesmo dia, dia 15 de maio, também em colaboração e com o apoio do Agrupamento Soares de Basto, levamos a cabo um dia inteiro de Comemorações do Centenário da 1^a Guerra Mundial, de evocação deste acontecimento a nível Mundial. Como sabem, a República Francesa aposta num programa comemorativo de 2014 a 2017. O nosso Município está a desenhar um programa para esse tempo específico, desses três anos, mas fomos desafiados pela secção europeia de língua francesa da Escola Bento Carqueja também a colaborar com eles nesse dia 15 de maio e porque os alunos dessa secção europeia de língua francesa estiveram desde o início do ano letivo a fazer trabalhos sobre a Guerra Mundial (1^a Guerra Mundial) e em particular sobre os soldados do município de

Oliveira de Azeméis que combateram nessa guerra. Portanto, em consonância com o Arquivo Municipal nós tivemos possibilidade de pedir a colaboração do Museu Militar para nos disponibilizar fichas sobre os nossos soldados. E, então, a secção europeia nesse dia foi apresentar vários trabalhos sobre isso e também teve uma permuta com a École Francaise do Porto que trouxe também uma turma e que depois também tiveram uma série de atividades sobre este acontecimento. Quero-vos referir e aqui publicamente agradecer a colaboração, em particular, de um Carregosense, do Manuel Ferreira, um apaixonado por estas questões da Guerra e que graças a ele foi possível construir no Arquivo uma trincheira, que toda a gente que tem por lá passado felicita, mesmo os próprios alunos do Porto e também aqui os nossos alunos e eu própria, porque nunca tinha estado numa trincheira. Eu convidava todos os presentes a irem visitar e se quiserem poderemos fazer uma visita guiada, porque realmente é diferente. Queria também fazer aqui uma referência muito importante à presença da Cônsul de França e do Adido Cultural nesse dia e que também fizeram questão de ir ver a trincheira e também felicitaram todo este trabalho. Portanto, acho que foi uma jornada muito interessante e que nós iremos também aproveitar e a evocação deste evento continuará nos próximos tempos. No dia seguinte foi, como já foi referido, o 30.º aniversário de elevação a cidade, mas também o 5º aniversário do nosso Arquivo. Como era o 5º aniversário do Arquivo nós durante a semana tivemos sempre atividades com escolas e com IPSS, nomeadamente as atividades: “Vem marmorear o teu papel” e “Na pele do Arqueólogo”, mas também a abertura de uma exposição sobre a escrita, porque achamos que a escrita é um suporte importantíssimo para a memória de uma comunidade. Daí que, e uma vez que o Arquivo tem como missão preservar a memória, achamos que esta temática estava deveras relacionada. Ontem, tivemos a final de uma das modalidades do Programa Desportivo Azeméis Ativo para a terceira idade, realizou-se a final de dança na Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. Foram três pares classificados: O primeiro da Freguesia de Palmaz, apesar de haver um dançarino que ficou em segundo lugar que era mais profissional, o Senhor José Castro, mas não conseguiu arrebatá-lo o primeiro lugar por causa do par. Agora, queria anunciar algumas ações e convidar-vos também a participar nelas. Hoje, à tarde, irá ser inaugurado em Loureiro o Clube Sénior, portanto, mais um clube para a nossa rede de Clubes Sénior e que tem por missão, estes clubes, de reunir aquelas pessoas que não querem ser institucionalizadas mas que querem debater temas, realizar ações, aumentar os seus conhecimentos, as suas competências e então, esses clubes têm por missão realmente agregar e dinamizar atividades para que os nossos Séniores possam ter cada vez mais um envelhecimento saudável e ativo. No dia 23, amanhã, vamos ter uma ação de sensibilização para pais na Escola Secundária Ferreira de Castro, uma organização conjunta do nosso Projeto Time e da GNR, sobre os perigos da internet. No dia 24 de maio, dia de aniversário do nascimento de Ferreira de Castro, vamos também ter uma atividade em colaboração com o Centro de Estudos Ferreira de Castro que é um roteiro, fazer a caminhada Roteiro Literário, em Ossela, seguido de um almoço convívio; à tarde, teremos o 6º Festival de Bandas Filarmónicas, no nosso Cine-teatro Caracas, às 16 horas atuarão a Banda de Musica de Santiago de Riba-Ul e

a Banda Banda Musical "Flor da Mocidade Junqueirense"; à noite, às 21 horas e 30 minutos, a Banda de Música de Pinheiro da Bemposta e Associação Recreativa e Musical Amigos da Branca. Portanto, este festival era usual realizar-se em julho, mas achamos por bem este ano fazer esta aposta em maio. Nesse mesmo dia, à noite, haverá também um evento cultural inovador em Oliveira de Azeméis, da responsabilidade de um grupo e jovens, um projeto denominado Matriz, em colaboração com a Câmara Municipal que prestou todo o apoio logístico. Convido-vos também a participar uma vez que junta a parte de exposição, a parte artística, quer de pintura, quer literária com a apresentação de um livro e música com um concerto musical. Portanto, ficam todos convidados também a passar na Estalagem e a testemunhar este espaço. Queria também referir que no âmbito do Programa Comemorativo dos 500 anos do Foral Figueiredo/ Bemposta, tivemos uma ação no Mercado à Moda Antiga, mas também no dia 30 de maio será uma outra ação aqui na escola da responsabilidade do Agrupamento de Escolas que é o Dia Quinhentista, à noite teremos a recriação histórica de um dia quinhentista para a comunidade escolar e não só, para todas as pessoas que queiram participar onde será também eleito o doce do Foral. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Senhor Presidente, algumas notas que não serão muito longas. Uma, tem a ver com uma situação recorrente, o Senhor Presidente não respondeu ainda cabalmente, as obras de repavimentação e requalificação das vias na cidade e não só, mas particularmente na cidade. Tinham ou não tinham, incluídas as marcações? Se tinham, porque é que ainda não foram executadas? De facto passou quase um ano. Estamos praticamente a um ano do início dessas obras, porque é que não foram executadas? Se não tinham, é de facto preocupante que não tivessem, mas de qualquer maneira se não tinham quando é elas vão ser executadas? O perigo é permanente, não se conseguem ver as marcações das vias, portanto, os peões, não há passeios. E de facto, Senhor Presidente, tardamos em resolver um problema que pode, e esperemos que não aconteça, pôr em risco os peões e, naturalmente, os automobilistas que circulam nessas vias. Uma outra questão, também que tem sido recorrente e não sei se estará naquele envelope, pensei que estaria, o relatório técnico do Crasto de Ossela, também já um assunto demasiadas vezes debatido e a Senhora Dra. Gracinda Leal referiu que iria enviá-lo. Bom, não tenho ainda o relatório, não temos ainda o relatório. Gostaria de saber se de facto é assim tão difícil que esse relatório seja conhecido e que seja visto, enfim, até dado a conhecer, como já disse, a quem esteve envolvido neste processo. Portanto, se fosse possível, Senhor Presidente, uma vez que passam meses sem que isso aconteça, se de facto é possível ter acesso a esse relatório. Relativamente ainda a um outro aspeto também que tem sido referido diversas vezes, e o Senhor Presidente na última reunião tomou boa nota dele, que é a questão da Casa Museu Regional. Naturalmente que a Casa Museu Regional continua a aguardar que nós possamos dar uma resposta, na prática, relativamente aquilo que foi pedido numa reunião em que o Dr. Ricardo participou. Portanto, Senhor Presidente, nós gostaríamos de ver se era possível dar resposta, aquilo que é a necessidade. Obviamente sabemos que há dificuldades, sabemos que há um conjunto de aspetos,

mas aquilo que se pediu foi simplesmente que se transferisse verbas que existem por saldar para a execução de uma obra muito simples, que é técnica, mas que é importante, que é a questão do sótão que tem problemas de infiltrações graves e que sistematicamente põe em risco documentos e matérias que estão guardados nesta Casa Museu. Portanto, Senhor Presidente, eu sei que as facilidades não são muitas, mas já passam muitos meses em que nós estamos sistematicamente a dizer “Estamos a ver. Vamos ver” e, portanto, era necessário dar execução a estes aspetos. Já agora, o Dr. Pedro Marques referiu e é importante que nós tenhamos uma loja de turismo naturalmente ativa que receba os nossos visitantes e também os Oliveirenses. A verdade, é que o melhor turismo que nós podemos oferecer, é a requalificação dos espaços que nós temos. E, Senhor Presidente, há um conjunto de espaços que nós temos e que foram feitos avultados investimentos. Vou referir um, que tem também referido e por isso gostaria de reforçar esta ideia, que é o investimento nas Margens do Caima. E o acesso, neste momento, àquele local é um acesso que tem, enfim, muitas dificuldades por parte de quem quer circular a pé, particularmente. As vias de acesso, as valetas, estão completamente cheias de vegetação (cresce naturalmente) e era necessário fazer um corte na vegetação de maneira a que essa vegetação pudesse ser removida e pudesse dar uma circulação fácil aos transeuntes, portanto aos visitantes. Para além do aspeto de não ser muito agradável para quem nos visita, também coloca em perigo quem circula nesses passeios, ou na ausência desses passeios que praticamente estão ocupados com a vegetação. Se fosse possível fazer isso nesta altura, obviamente que é a melhor altura para depois durante o verão eles permanecerem com a vegetação praticamente inexistente. Finalmente, queria falar da questão do Ferreira de Castro e de facto dos 116 anos de Ferreira de Castro. É um escritor, como já todos referimos, importantíssimo para nós. É uma referência. No entanto, também, era importante nós olharmos para a manutenção do espaço que ele deixou ao Município como legado. E, de facto, a Casa Museu, enfim, apresenta alguns aspetos que merecem um restauro, diria, imediato. Mas, já disse isto também várias vezes e estamos a aguardar. Não é a questão de um grande projeto, é a questão da requalificação daquele espaço, quer seja da pintura, quer seja pequenas reparações no telhado de maneira a que não haja infiltrações. Há um ano falamos nisto, passado um ano continua exatamente igual, não se mexeu rigorosamente nada, não há uma pintura nova, não há um arranjo de telhado. Acho que nós nestas matérias, podemos dizer que temos muita consideração pelo escritor e temos obviamente. Mas, na prática, depois a demonstração é escassa relativamente àquilo que nos invocamos pelo discurso. Aliás, o discurso quando não toca com a realidade é muito grave, do meu ponto de vista e é grave e desqualifica, de facto, a nossa ação como políticos. É o que eu tenho a dizer, Senhor Presidente. Obrigado. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Quanto à questão apresentada pela Senhora Vereadora Ana de Jesus sobre a Beliape, eu não tinha conhecimento dessa situação. Portanto, tomei nota e vamos naturalmente lá mandar ver qual é que é a situação e contactar, evidentemente, quem tem responsabilidades nesta matéria e caso seja um caso de saúde pública, contactar as autoridades respetivas, às vezes pode parecer mas nem tudo é responsabilidade da

Câmara Municipal, às vezes temos sempre a tendência de empurrar as responsabilidades. Mas seguramente que é uma situação que nós não queremos que aconteça e iremos acionar os mecanismos. Quanto à questão do turismo, da promoção de eventos e da fileira do pão, Senhora Vereadora, vamos aguardar e seguramente, seremos, na minha opinião, positivamente surpreendidos relativamente a essa matéria independentemente daquilo que outros municípios fazem, ou muito próximos, ou muito longe de nós. Há uma coisa que eu lhe posso dizer: nenhum deles tem a qualidade do nosso pão, nem nenhum deles tem pão de Ul. Gostavam de ter e, portanto, nós cá estaremos e estamos a trabalhar nesse sentido. E eu não vou estar aqui a discutir e avaliar eventos de outros municípios, nunca o fiz, nem o vou fazer. Mas também tenho a minha opinião e tive gente que também foi lá e até tenho por escrito opiniões de Oliveirenses que lá foram. Uma coisa é o que vem nos jornais, outra coisa é o que depois se passa. Mas, eu não vou fazer isso. Aquilo que nós queremos é, naturalmente, boa cooperação entre todos. E o trabalho em rede é fundamental e ainda se viu agora no Mercado à Moda Antiga a quantidade de pessoas que cá estiveram. Vai haver agora o MEO Imaginarius, na Feira, no próximo fim-de-semana, portanto, a boa cooperação e a boa vizinhança é muito importante. Quanto à questão dos muros e dos afastamentos e dos alinhamentos e essas coisas, eu vou pedir ao Senhor Dr. Ricardo Tavares se depois no final podia dar algumas explicações relativamente à questão que foi colocada, mais do ponto de vista até reflexivo, pela Senhora Vereadora Ana de Jesus. Tomei boa nota das sugestões do Senhor Vereador Helder Simões relativamente ao Mercado à Moda Antiga. Dizer que a questão da Costa Parques, nós temos vindo a trabalhar com eles no sentido de se proceder ao pagamento desse valor em dívida, há algumas coisas ainda pendentes, conforme podem verificar, aquela intervenção que está a ser feita na zona circundante à Praça da Cidade, na rede viária, está a ser feita da responsabilidade da Costa Parques não é nossa. Tem a ver com a obra efetuada e com deficiências da obra e correções que precisam de se fazer ainda dentro do prazo da garantia como também já foi feito em alguns sítios pela empresa Manuel Francisco de Almeida também na outra empreitada que foi feita de repavimentação de algumas ruas da cidade. Finalmente, ao fim de muito tempo, parece que temos aqui uma posição comum, o Senhor Vereador Hélder Simões diz que “Espera que a Câmara Municipal não esteja disponível para alienar a sua posição na ERSUC”, é isso mesmo, está a ver, hoje é um dia histórico, o Senhor concorda com uma posição da Câmara. E, portanto, é verdade, nós não alienamos, nem estamos disponíveis para alienar, na nossa opinião. Quanto à questão do Caracas, eu alargava a outras questões e a outros eventos e pedia mesmo à Senhora Vereadora Gracinda Leal, na próxima reunião, se pudéssemos ter a tramitação processual da questão que o Senhor Vereador Hélder Simões colocou. O que acontece é o seguinte: nós sempre que podemos utilizar os nossos equipamentos de som e os nossos funcionários fazemos. ou seja, a nossa primeira opção é: Dentro do equipamento que temos, se tem condições, se não tem condições e, normalmente, é utilizado o nosso técnico e o nosso equipamento. Quando o nosso equipamento e o nosso técnico não têm condições, é feita uma requisição caso a caso e é feita a tramitação processual pelas compras. E, portanto, é isso que eu quero que venha aqui ser

explicado, porque é de uma transparência absolutamente irrepreensível para que o Senhor Vereador possa perceber. Se é adjudicado sempre ao mesmo, se calhar é porque tem melhor preço. Senhor Vereador, eu percebo a sua intenção, a sua boa intenção em colocar as questões, mas às vezes a forma como coloca levanta o ruído, neste caso, de som, que é um bocadinho desnecessário. Eu também já fui contactado por “n” pessoas que concorrem a esses concursos e que depois se questionam porque é que fulano consegue fazer um preço tão baixo. Mas isso já não é problema meu, é um problema de mercado. O Senhor Eng. Joaquim Jorge também vai a muitos concursos e também tem computadores muito mais baratos que os outros e ninguém vai dizer que os computadores são piores que os outros, é um exemplo. E, portanto, aqui é igual. Mas, eu vou querer que lhe seja explicado tudo ao pormenor. Houve vários concorrentes, Senhor Vereador tenha paciência, porque estas coisas magoam. Deixe-me dizer: Vários concorrentes já vieram falar comigo, eu chamo as pessoas das compras para explicar e eles veem os papéis todos e depois chegam à conclusão que não têm preço, que perdem porque não têm preço. O Vereador Helder Simões disse: A única coisa que foi dita e que importava esclarecer é se existe alguma empresa que tenha o seu material guardado no Caracas, isso é um fator diferenciador para os preços depois praticados. O Senhor Presidente respondeu: Eu não sei Senhor Vereador, já tomei boa nota. Senhor Vereador, nós ainda agora tivemos aqui uma inspecção, relativamente aos nossos processos de concurso e posso-lhe trazer também o resultado dessa inspecção nessas matérias. Ainda agora fizemos um concurso de aquisição de equipamentos informáticos, irrepreensível do ponto de vista concursal. Inclusive, paciência para com os concorrentes por parte da Câmara Municipal que podia ter accionado outros mecanismos e não fizeram. Nessa matéria, tenha paciência, o Senhor pode dizer o que quiser, saltar, correr, mas nessa matéria tenha paciência e consulte os processos. Vá consultar os processos e depois faça a sua avaliação. Não mande areia para a ventoinha sem saber se as coisas correm bem, se não correm bem, primeiro informe-se e depois, então, pode dizer aquilo que entender e se estiver mal naturalmente que aquilo que temos que fazer é corrigir. Pode haver coisas que estejam mal. O Senhor perguntou quem tem a chave, mas eu não sei quem tem a chave do Caracas, com toda a sinceridade. Acho que a Senhora Vereadora sabe quem tem a chave do Caracas e que são funcionários da Câmara Municipal, mais ninguém tem a chave do Caracas, que eu saiba. É que há coisas que a gente não sabe e se o Senhor Vereador sabe eu agradeço que nos diga. É só isso. Portanto, primeira situação assumo, quando pode ser nosso é nosso, nosso da Câmara; quando não pode ser, é feita uma requisição caso a caso. Quanto à questão que o Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge falou e apresentou, dar-lhe nota que eu também comungo da preocupação do ponto de vista da abstenção das eleições europeias. Já começaram hoje, aliás, no Reino Unido e na Holanda já se vota hoje. É evidente que a Europa é uma questão que nos diz respeito apesar de ser uma coisa que às vezes pode parecer abstracta, mas não é nós precisamos naturalmente da Europa, nós que somos Europeus de plenos direitos. Quanto ao seminário da FAPCOA que o Senhor Vereador Joaquim Jorge falou, é verdade que eu também assisti a parte e também vi as divergências de opinião de quem tem

responsabilidades na área de educação. Deixe-me dizer-lhe que algumas vezes também fiquei surpreendido com tanta diferença ideológica em matérias que na minha opinião devem ser o mais consensuais possíveis e nós aqui procuramos naturalmente que assim seja. Há uma coisa que eu também aí fiquei naturalmente satisfeito e orgulhoso foi que, toda a gente, apesar dessas divergências, toda a gente elogiou o Projecto Educativo Municipal de Oliveira de Azeméis. E, portanto, até no debate, que eu acho que o Senhor Vereador não assistiu, eu tive a oportunidade de assistir, que deve ter sido o mais violento de todos, entre o antigo Diretor Regional o Prof. António José Leite e dirigentes actuais, até aí todos estavam de acordo relativamente ao Projecto Educativo Municipal de Oliveira de Azeméis. Quanto à questão do Regulamento da atribuição das Distinções Municipais, Senhor Vereador, eu acho que há aqui uma matéria que já todos chegamos à conclusão e estamos de acordo, nós temos que rever o regimento. O Regimento é muito antigo e está desactualizado e temos que o rever. É uma responsabilidade nossa. Senhor Vereador fazendo um estudo de mix marketing, depois há uma disparidade enorme. Eu acho é que não deve haver muita discricionariedade, por exemplo, eu hoje sou Presidente da Câmara e os Senhores são Vereadores, mas acho que deve haver algum cuidado do ponto de vista desta atribuição e nós temos tido esse cuidado. Também reconhecerá seguramente que temos tido esse cuidado e as pessoas que têm sido distinguidas, eu julgo que são absolutamente consensuais e é como disse e bem, naquilo que foi as atribuições ao Luís Darocha, ao Luís Onofre e ao Paulo Neves não se discutem, acho que são merecidas, até se calhar pecam por escassas ou por tardias em algumas circunstâncias. Mas, naturalmente, que eu comungo consigo, nós temos a necessidade de cumprir com os regulamentos e actualizá-los. Essa é uma tarefa nossa e terá que ser feita aqui em sede de executivo municipal. Tomei boa nota da 224, é uma estrada com muito movimento. Eu acho que o movimento naquela estrada, fruto também da dinâmica do concelho, tem vindo a aumentar. Se houve uma fase em que ela ficou bastante parada, hoje ela tem tráfego até porque as novas instalações da Proleite terem-se deslocado para aquela zona, o crescimento da parte do “arroz” em que é feito o acesso por ali, Catelas & Teorgas e muitas outras empresas voltaram a colocar muito trânsito na 224. A questão da venda de álcool a menores, como sabe, isso nem se discute, estamos totalmente de acordo. Agora, isso é feito na altura da cedência dos espaços, mas se calhar temos um dia destes tomar uma medida com maior eficácia, a acontecerem essas coisas. Naturalmente não é isso que queremos. E também tomei boa nota, para o Vereador Isidro Figueiredo poder marcar uma reunião com o Mestre Henrique Pereira enquanto responsável da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, fazermos uma visita ao local com ele para ver se conseguimos ou pelo menos se nós é dado algum horizonte temporal para isso. E naturalmente que, a prioridade, na minha opinião, terá sempre que ser decidido aqui à volta desta mesa, a prioridade passa pela Universidade Sénior, por razões óbvias. Para além de podermos, naturalmente, utilizar espaços (nossos) para a Câmara também, caso eles existam. Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira, só para esclarecer, julgo que já lhe tinha dito, mas se pergunta é porque não disse. Aquela questão da repavimentação das ruas da cidade, na

empreitada não tinha a marcação das vias. Portanto, vai ter que ser uma coisa feita à parte, e tem que ser feita naturalmente e vai ser feita. E, portanto, como lhe disse também julgo que na última reunião, nós em alguns locais rapidamente colocamos passadeiras, não pusemos em todos, nas passadeiras e marcações quer no eixo da via e nas bermas. E, portanto, vamos ter que lançar uma empreitada para isso e esperemos também fazê-lo num curto espaço de tempo. Quanto à questão do Crasto de Ossela, penso que a Dra. Gracinda tomou boa nota para enviar a documentação que tiver ao Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira. E quanto à questão do Museu Regional, posso-lhe dizer que nós demos instruções aos serviços para proceder a um contrato-programa com o Museu Regional de Oliveira de Azeméis no valor de dez mil euros. E queremos fazê-lo o mais rápido possível para que as obras que o Museu tem que fazer sejam feitas. E, naturalmente, que a Câmara Municipal depois pagará de acordo com aquilo que é o envio de documentos justificativos, ou seja, não é um cheque de mil e quinhentos euros, decidimos atribuir dez mil euros e portanto está neste momento a ser feito pelos serviços. Espero ainda, se não nesta semana, durante a próxima semana proceder à regularização dessa situação. Têm razão na questão das Margens do Caima, mas, infelizmente, ainda não foi possível fazer toda a requalificação que aquela zona merece, fruto de um conjunto de intervenções da natureza que colocaram ali algumas situações complicadas. Temos o levantamento feito. Todo feito neste momento. E, portanto, também só estamos a aguardar melhores dias, porque mesmo estando programado, se estivesse alguma coisa programada, por acaso não estava, para esta semana já não podia ter sido feita com aquilo que aconteceu ontem e anteontem. Relativamente à questão da Casa Museu Ferreira de Castro, as coisas podem não ser visíveis, mas estão a ser feitas, porque nós queremos envolver e os Senhores sabem que essa é a nossa metodologia, queremos envolver os parceiros e os parceiros locais. E neste caso, a Dra. Gracinda Leal até empresas privadas já contactou e sensibilizou os privados para serem nossos parceiros, que mostraram disponibilidade, ninguém se pôs de fora. E, portanto, esse processo está andar, é evidente que não está a andar à velocidade desejada, é verdade, mas também não é justo dizer que não se fez nada. Eu vou então dar a palavra ao Senhor Vereador Ricardo Tavares, só para rapidamente dar um esclarecimento. O Vereador Dr. Ricardo Tavares disse: Só dar aqui um pequeno esclarecimento que é o seguinte: Esta preocupação da Dra. Ana de Jesus tem reflexos no PDM, no sentido em que o PDM já permite, ou contrariamente ao anterior PDM, impõe para determinadas situações, principalmente nas zonas não consolidadas, a obrigação de respeitar um plano de alinhamentos e recuos feitos pela Câmara Municipal. Nós trouxemos aqui, já algumas vezes, para algumas freguesias a definir esse plano de alinhamentos e recuos que é apresentado ou que é feito quando há uma pretensão de um munícipe no âmbito dos processos de licenciamento de obras. Portanto, as duas situações são possíveis: O alinhamento existente pelas zonas consolidadas, Pode ser essa a interpretação da decisão Municipal; nas zonas não consolidadas, obrigamos o particular com vista a um alargamento futuro da estrada, à construção a respeitar um plano de alinhamento e recuos que é feito sempre pela responsável ou pelo serviço do Planeamento e Projectos da Câmara Municipal. Portanto,

esta situação é uma situação premente, é uma situação que estamos alertados para essa problemática. Agora, face à localização das edificações e às zonas onde elas se vão inserir, podemos optar por uma situação de respeito pelo existente ou pelo respeito de um plano de alinhamentos e recuos da própria Câmara. =====

===== ORDEM DO DIA (ARTº 87º) =====

===== DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS: *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias oito e vinte e um do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO =====

===== DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: *Pelo Senhor Presidente, Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O quadro normativo do Decreto - Lei n.º 124/2006, de 28 de junho (que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro (Declaração de Retificação n.º20/2009, de 13 de março); - As competências municipais em matéria da defesa da floresta; - Que pelo n.º 2 do art.º 29º do citado Decreto - Lei n.º 124/2006, de 28 de junho: ”Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia da respetiva câmara municipal”; - Que pelo n.º1 do art.º 34º do do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ”A Câmara Municipal pode delegar as suas competências no respetivo presidente...”; - Que a faculdade de delegação e subdelegação está expressamente prevista na lei, se fundamenta e tem em vista assegurar uma maior celeridade de procedimentos e de decisão destes, assegurar o melhor desempenho e execução das atribuições e competências dos órgãos do Município, proponho: Ao abrigo e nos termos do disposto no art.º. 34º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro que o Executivo delegue no Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação nos Srs. Vereadores, todas as competências em matéria de Defesa da Floresta, designadamente, de autorização prévia de utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos termos atrás referidos.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO LÚDICO NA ÉPOCA DE VERÃO:** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A necessidade de ajustar o funcionamento deste equipamento aos interesses e disponibilidade dos utilizadores tendo em conta os meios, humanos existentes; A marcação de férias dos colaboradores do Centro Lúdico por um período nunca inferior a 11 dias consecutivos, implicando assegurar os serviços, propõe-se a seguinte alteração de horário: Horário de verão - 16 de junho a 26 de setembro: **Horário de Funcionamento:** Segunda a sexta-feira \ 10:30 às 13:00 e das 14:00 às 18:00; Quinta-feira \ encerrado de manhã; Sábados, domingos e feriados \ encerrado; **de 11 a 29 de agosto \ encerrado.**” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES AO “GRUPO DESPORTIVO DE FAJÕES”:** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios instituídos e o quadro de atribuições e competências concedidas às Autarquias Locais; - Que a descentralização administrativa assegura a concretização do “Princípio da Subsidiariedade”, as atribuições e competências exercidas pelo nível de administração melhor colocado, prossegue maior eficácia e satisfação das necessidades das populações; - Que foi pelo Grupo Desportivo de Fajões solicitada a possibilidade de utilização do recreio, campo sintético e instalações sanitárias da Escola de Casalmarinho /Fajões, para a prática desportiva das camadas jovens; - A missão, objetivos e atividades desenvolvidas pelo Grupo Desportivo de Fajões, designadamente na área cultural e recreativa, Proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Instalações, o qual fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Grupo Desportivo de Fajões, ao abrigo da alínea f) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização do recreio, campo sintético e instalações sanitárias da Escola de Casalmarinho/Fajões, prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 1902, da freguesia de Fajões, município de Oliveira de Azeméis, para a prática desportiva das camadas jovens.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE TEATRO CARACAS (I/39984/2014):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine- Teatro Caracas, e considerando: Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para a pessoas envolvidas. Proponho: A cedência do Cine- teatro Caracas ao Sr.*

Agostinho Manuel Andrade da Costa, proprietário da Escola de Música Girassol, com isenção de taxa de locação, no dia 26 de Julho de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE TEATRO CARACAS – REVOGAÇÃO (I/40132/2014): *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Por deliberação do Executivo do passado dia 8 de Maio, foi deferido o pedido de cedência do Cine Teatro Caracas ao Rotary Clube de Azeméis, com isenção da taxa de locação, para uma iniciativa a realizar no dia 13 de Junho de 2014 pelas 15h, correspondendo a um dia e horas a que aquele equipamento se encontra a funcionar normalmente, não se justificando por este motivo necessidade de abertura extraordinária do mesmo e, considerando o fim a que se destina, proponho: - A revogação da deliberação de 8 de Maio de 2014, pelos motivos invocados.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO =====

===== ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “EL PATA NEGRA”, PARA OS DIAS 10 E 11/05 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/41199/2014): *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - Não obstante, dada a urgência na tomada de decisão para o solicitado pela firma e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, no dia 09/05/2014, foi deferido, por meu despacho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal (conforme documentos em anexo), nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, o alargamento do horário diário excecional, dos dias 10 e 11/05/2014 até às 5:00h do dia seguinte, para o estabelecimento “ El Pata Negra”, sito na Rua Ernesto Soares dos Reis - O. Azeméis. Pelo exposto, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35 do Anexo da citada lei, submeta-se o despacho referido para ratificação ao órgão executivo, do ato praticado na respetiva data.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “EL PATA NEGRA”, PARA OS DIAS 16 E 17/05 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de*

Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - Não obstante, dada a urgência na tomada de decisão para o solicitado pela firma e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, no dia 16/05/2014, foi deferido, por meu despacho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, o alargamento do horário diário excecional, dos dias 16 e 17/05/2014 até às 5:00h do dia seguinte, para o estabelecimento “ El Pata Negra”, sito na Rua Ernesto Soares dos Reis - O. Azeméis. Pelo exposto, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35 do Anexo da citada lei, submeta-se o despacho referido para ratificação ao órgão executivo, do ato praticado na respetiva data.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “MAGNÓLIA”, PARA O DIA 17/05

- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - Não obstante, dada a urgência na tomada de decisão para o solicitado pela firma e em virtude da impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, relativamente ao processo n.º 805 de Mapa de Horário, no dia 12/05/2014, foi autorizado, por meu despacho, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro e posteriores alterações, o alargamento de Horário diário para o dia 17/05/2004 até às 6:00 horas do dia seguinte, para o estabelecimento “Magnólia” – Rua Francisco Landureza - lote 17, Oliveira de Azeméis. -Pelo exposto, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro e posteriores alterações, submeta-se o despacho referido para ratificação ao órgão executivo, do ato praticado na respetiva data.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==*

===== ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO TRIENAL DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “EL PATA NEGRA” (I/37310/2014):

Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público em vigor, alterado e republicado no boletim municipal n.º 275, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento trienal do horário de funcionamento para um estabelecimento misto, nos termos do Regulamento de Horários, denominado “ El Pata Negra ” sito na Rua Ernesto Soares dos Reis

(Praça da Cidade), nº 122 – Oliveira de Azeméis, o qual na comunicação prévia de instalação referiu como atividades, Café, Bar, Snack, Pastelaria, enchidos e fumados, para a prática do horário das 07horas até às 02:00horas, de domingo a quinta-feira, e das 07:00 horas até às 05:00 horas, às sextas, sábados e vésperas de feriados. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário, com parecer favorável da Junta de Freguesia e da GNR, sendo que esta ultima entidade, refere no seu parecer que não vê inconveniente desde que o estabelecimento esteja devidamente licenciado, sejam cumpridas as normas da legislação em vigor, bem como do licenciamento especial de ruído, salvaguardando a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes, conforme documentação anexa a esta proposta. - Não existem reclamações de ruído até ao momento, conforme consulta à Divisão Municipal e Conservação da Natureza. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra - referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL-LOUREIRO” – AUTO Nº 16 TC- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho datado de 14-05-2014, exarado no documento com a referência nº I/40373/2014, referente à aprovação do Auto de Medição nº 16 relativo a trabalhos contratuais, com o valor de € 80.427,40 (oitenta mil quatrocentos e vinte e sete euros e quarenta cêntimos), ao qual acresce o IVA, da empreitada "Área de Acolhimento Empresarial de Ul - Loureiro" - Processo nº 006/2012/DME.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL-LOUREIRO” – AUTO Nº 17 TC:** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/41844/2014, proponho a aprovação do Auto de Medição nº 17 relativo a trabalhos contratuais, com o valor de € 152.770,08 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e setenta euros e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA, da empreitada "Área de Acolhimento Empresarial de Ul - Loureiro" - Processo nº 006/2012/DME. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 769/2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE CENTRO ESCOLAR DE UL- AUTO Nº 2 TC(I/41609/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/41525/2014, proponho a aprovação do Auto de Medição nº 2, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de € 5.315,76, ao qual acresce o IVA, da empreitada "Centro Escolar de Ul" - Processo nº 014/2011/DME. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 515/2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA- SALETTE” – AUTO Nº 7 TC (I/41639/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: Tendo em conta o documento com a referência I/40831/2014, proponho a aprovação do Auto de Medição nº 07 relativo a trabalhos contratuais, com o valor de € 119.317,62, ao qual acresce o IVA, da empreitada "Requalificação do Núcleo Central Histórico do Parque de La-Salette" - Processo nº 009/2012/DME. Tem o compromisso de fundo disponível (CFD) nº 1478/2014.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ===

===== **EMPREITADA “CENTRO ESCOLAR DE S. ROQUE”- RECEÇÃO PROVISÓRIA (I/41785/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/41235/2014, proponho a aprovação dos Autos de Receção Provisória da empreitada "Centro Escolar de S. Roque" - Processo nº 018/2009/GTC, e da consequente receção provisória da obra no seu todo.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ===

===== **EMPREITADA “BUSINESS CENTER DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL- LOUREIRO” – PROPOSTA DE DECISÃO DE CONTRATAR, DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, DE ESCOLHA DE PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DE JÚRI (I/41730/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Tendo em vista a formação do contrato para a execução da empreitada "Business Center da Área de Acolhimento Empresarial de Ul - Loureiro" - Processo nº 006/2014/DEC, proponho a aprovação da presente proposta de decisão de contratar, de decisão de autorização da despesa e de decisão de escolha do procedimento inerente ao contrato a celebrar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder € 1.890.000,00, acrescido do IVA, a satisfazer pela dotação com o código da C.E.: 07.01.03.07 e Ação: 66/2010. A empreitada tem um prazo de execução de 270 dias pelo que os trabalhos se realizarão nos anos de 2014 e 2015. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, proponho a adoção de um concurso

público sem publicação do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE). 4. Proponho, ainda, a aprovação das peças do procedimento em anexo: Programa do Procedimento, Caderno de Encargos, Projeto de Execução, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Plano de Segurança e Saúde em Projeto, das quais se destaca: - Fixação do preço base em € 1.890.000,00; - Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço. 5. A Câmara Municipal toma a decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa no uso de competência própria. 6. Considerando que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 67º e seguintes do CCP, os procedimentos para a formação do contrato da referida empreitada devem ser conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, proponho: 6.1. Que o júri seja constituído pelos seguintes elementos: Efetivos: - Chefe de Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões, Eng. Américo Vítor Martingo da Silva, Presidente; - Técnico Superior, Eng. Joaquim Lopes Batista Pedreiras; - Técnico Superior, Eng. Abílio Manuel Ribeiro da Silva Estrela. Suplentes: - Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, Eng. António Pedro Ribeiro Valente Castanheira, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; Técnico Superior, Eng. Manuel João Simões Vieira Araújo; - Técnico Superior, Eng. Manuel Mário de Pinho e Silva. 6.2. A delegação no júri de todas as competências atribuídas à Câmara Municipal para a realização das formalidades procedimentais conducentes à formação do contrato, em respeito pelo estipulado no artigo 109º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 69º do referido diploma legal, da competência para a decisão de adjudicação.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO – 2ª FASE” – PROPOSTA DE DECISÃO DE CONTRATAR, DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, DE ESCOLHA DE PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DE JÚRI (I/41730/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: 1. Tendo em vista a formação do contrato para a execução da empreitada "Centro de Interpretação do Vidro - 2.ª Fase" - Processo nº 005/2014/DEC, proponho a aprovação da presente proposta de decisão de contratar, de decisão de autorização da despesa e de decisão de escolha do procedimento inerente ao contrato a celebrar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder € 1.290.000,00, acrescido do IVA, a satisfazer pela dotação com o código da C.E.: 07.01.03.07 e Ação: 74/2010. A empreitada tem um prazo de execução de 270 dias pelo que os trabalhos se realizarão nos anos de 2014 e 2015. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista no artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, proponho a adoção de um concurso público sem publicação do anúncio no Jornal Oficial da

União Europeia (JOUE). 4. Proponho, ainda, a aprovação das peças do procedimento em anexo: Programa do Procedimento, Caderno de Encargos, Projeto de Execução, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Plano de Segurança e Saúde em Projeto, das quais se destaca: - Fixação do preço base em €1.290.000,00; - Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço. 5. A Câmara Municipal toma a decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa no uso de competência própria. 6. Considerando que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 67º e seguintes do CCP, os procedimentos para a formação do contrato da referida empreitada devem ser conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, proponho: 6.1. Que o júri seja constituído pelos seguintes elementos: Efetivos: - Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, Eng. António Pedro Ribeiro Valente Castanheira, Presidente; - Técnico Superior, Eng. Manuel João Simões Vieira Araújo; - Técnico Superior, Eng. Manuel Mário de Pinho e Silva. Suplentes: - Chefe de Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões, Eng. Américo Vítor Martingo da Silva, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; - Técnico Superior, Eng. Abílio Manuel Ribeiro da Silva Estrela; - Técnico Superior, Eng. Joaquim Lopes Batista Pedreiras. 6.2. A delegação no júri de todas as competências atribuídas à Câmara Municipal para a realização das formalidades procedimentais conducentes à formação do contrato, em respeito pelo estipulado no artigo 109º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 69º do referido diploma legal, da competência para a decisão de adjudicação.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PATRIMÓNIO =====

===== **CEDÊNCIA DE ESTRUTURAS PUBLICITÁRIAS – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO CELEBRADO EM 30/07/2013, COM A EMPRESA MOP (I/37660/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o pedido formulado pela empresa MOP, e atendendo à conjuntura económica atual, propõe-se a aprovação da renovação, para o ano 2014, do protocolo celebrado entre a CMOA e a MOP, relativo à cedência de três estruturas publicitárias, nos termos constantes da proposta aprovada em reunião de câmara de 20/07/2013 (I/59046/2013).” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada nos termos da proposta aprovada em reunião de Câmara de 20/07/2013. =====

===== **INCORPORAÇÃO DE QUADRO ARTÍSTICO EM BENEFÍCIO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL (I/37337/2014):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Obra com o título "Nu 1994 técnica mista, acrílico sobre papel reciclado", do Artista Plástico António Alves. Propõe-se: Que a Câmara Municipal

delibere, ao abrigo da alínea j), do n.º1 do Artº33 do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação da incorporação do bem referido, a título de doação, em benefício do Inventário Municipal.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/2780/2014- ACÚSTICA MÉDICA- ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/40549/2014):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “ Á Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho de 13.05.2014, de isenção de pagamento de taxas.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES EM CARREIRAS PÚBLICAS – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS QUE UM ANO ECONÓMICO (I/41549/2014):** Pelo Senhor Presidente, Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que tendo por base a RQI n.º 665, se torna necessário assegurar a prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas, para o ano letivo 2014/2015; - Que, nos termos das alíneas c) e d), do n.º 2, do artigo 23º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos transportes e comunicações, bem como na educação; - Que, nos termos da alínea gg), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro e posteriores alterações, compete à camara municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; - Que, nos termos do artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, em cada município deverá ser organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo; - Que o I.M.T., I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes fornece a relação das empresas concessionárias de serviço de transporte público que operam na área do município; - Que o plano de transporte escolar já se encontra organizado e devidamente aprovado, através da Proposta de Deliberação n.º I/32753/2014; - Que, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, os cartões para os passes escolares serão requisitados anualmente às empresas transportadoras, pela câmara municipal; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio Favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos

requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA) e ainda à duração do mesmo (superior a 20 dias, uma vez que o período de vigência da prestação de serviços ocorre durante o ano letivo 2014/2015), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que as diligências efetuadas junto do INA (Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas) e respostas quer verbais, quer por via escrita, de que o serviço em questão não será integrado no âmbito da Portaria n.º 48/2014 e ainda, com base na circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR – 045-2014- SA de 28 de abril, a qual aponta para que, sempre que estejam em causa serviços que requeiram outros meios que não a força e a capacidade de trabalho de um trabalhador, não se aplicará o artigo 24º, da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, nem, por conseguinte, a Portaria n.º 48/2014, sob pena de prática de atos inúteis e de gestão ineficientes, pelo que não se justifica a consulta ao INA nestes termos. - Que o valor global estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 650.141,51 (seiscentos e cinquenta mil, cento e quarenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2014 (setembro a dezembro) prevê-se uma verba de EUR 220.023,59 (duzentos e vinte mil e vinte e três euros e cinquenta e nove cêntimos) e para o ano 2014 (janeiro a junho) prevê-se uma verba de EUR 430.117,92 (quatrocentos e trinta mil, cento e dezassete euros e noventa e dois cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2014 encontra-se cabimentado na rubrica 02021001, pela Proposta de Cabimento n.º 860 e Registos de Enquadramento Financeiro n.º 1113, 1114 e 1115. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea e), do número 1, do artigo 24º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual foi assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2013, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2014 (I/102908/2013), encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2014, na rubrica 020210 – Transportes, cujo valor máximo para 2014 é de 680.650,00€ e para 2015 é de 700.000,00€. - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido

diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de "serviços de transportes escolares em carreiras públicas para ano letivo 2014-2015", por ajuste direto com convite à(s) entidade(s) que detenham a concessão, e respetivo documento comprovativo dessa atribuição, para os percursos respetivos (Caima Transportes, S.A.; Charline Transportes - Soc. Unipessoal, Lda. e Auto Viação de Souto, Lda.) Propõe-se ainda que o órgão executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho." Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para autorização da repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico. =====

===== PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA NO MERCADO LIBERALIZADO (I/41800/2014): *Considerando: 1º Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para "fornecimento de energia elétrica (iluminação pública e instalações municipais) ", pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 424; 2º Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de EUR 1.475.609,76 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e nove euros e setenta e seis cêntimos), para um período de vigência de 12 (doze) meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2014 prevê-se uma verba de EUR 491.869,92 (quatrocentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e nove euros e noventa e dois cêntimos) e para o ano de 2015 prevê-se uma verba de EUR 983.739,84 (novecentos e oitenta e três mil, setecentos e trinta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 3º O valor referente ao ano 2014 encontra-se cabimentado na rubrica 02022510 e 02020101, pela Proposta de Cabimento n.º 867/14, possuindo os Registos de Enquadramento Financeiro n.º 906 e 907; 4º Que a autorização prévia para este compromisso plurianual foi assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2013, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2014 (I/102908/2013), encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2014, na rubrica 02022510 – Eletricidade Iluminação Pública, cujo valor máximo para 2014 é de 1.208.500,00€ e para 2015 é de 1.220.000,00€ e na rubrica e 02020101 - Encargos de Instalações, cujo valor máximo para 2014 é de 743.600,00 e para 2015 é de 750.000,00€. 5º Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos*

ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. 6º Que, nos termos da alínea a), n.º 7, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, o serviço em questão não carece de parecer prévio vinculativo nem de aplicação da redução remuneratória, dado estarmos perante a aquisição de serviços essenciais (“serviços de fornecimento de energia elétrica”), nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 1º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho com a redação dada pela Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e demais alterações); 7º Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, **propõe-se ao Órgão Executivo:** 1) Que aprove a RQI n.º 424 com a vigência de 12 meses e valores estimados; 2) Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do artigo 67º, do CCP, sejam nomeados os elementos constitutivos do júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente – Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, ENGº ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO VALENTE CASTANHEIRA; 1.º Vogal – Técnico Superior, ENG. ABÍLIO MANUEL RIBEIRO DA SILVA ESTRELA; 2.º Vogal – Técnica Superior, DR.ª ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 1.º Suplente – Técnico Superior, ENG. LUÍS FILIPE SIMÕES AREDE; 2.º Suplente – Assistente Operacional, AGOSTINHO SOARES SOUSA LAGOEIRO; 3.º Suplente – Técnica Superior, DR.ª SUSANA CRISTINA DA ROCHA CRUZ. 3) Que seja delegada a competência para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69º, do C.C.P, da competência para adjudicação; 4) Que autorize o envio de anúncio para publicação no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); 5) Que aprove as respetivas peças procedimentais: Programa do Concurso e Caderno de Encargos; 6) Que determine que se proceda à dispensa da realização do leilão eletrónico; Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para autorização da repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico. =====

===== **OUTROS** =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL (I/41405/2014):**

Pelo Senhor Presidente, Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que em 16 de Maio se comemora o aniversário de elevação de Oliveira de Azeméis a cidade e que esta data deve ser condignamente assinalada inclusive com distinção de personalidades individuais e coletivas que se distinguiram no nosso Município; - Que Luís Darocha, de nome completo José Luís da Rocha Paris Couto, pelo/a: a) Imagem e prestígio que alcançou no país e no estrangeiro levando a todos os cantos do mundo, através da pintura, o nome e a imagem de Oliveira de Azeméis; b) Reconhecimento unânime das suas competências artísticas que fazem dele um dos grandes expoentes da pintura portuguesa e, em particular, da pintura oliveirense; c) Dedicção, amor e orgulho que sempre demonstrou a Oliveira de Azeméis, sua cidade natal; d) Seu espírito de luta e formação multifacetada em várias áreas do saber e conhecimento que transmitiu como conferencista em distintas e conhecidas instituições de arte francesas. - Que Luís Onofre, pelo/a: a) Seu percurso e sucesso profissional, que o tornou num dos empresários mais empreendedores do país e, em particular, de Oliveira de Azeméis; b) Visão estratégica que sempre teve na conquista e afirmação de mercados no mundo da globalização; e c) Por gozar de prestígio nacional e internacional como criador das mais luxuosas linhas portuguesas de calçado e acessórios e pela qualidade que caracteriza as suas produções universalmente reconhecida; - Que Paulo Neves, pelo/a: a) Notável trabalho das suas criações artísticas que estão espalhadas por todo o país e no estrangeiro; b) Divulgação da arte, da cultura e do nome de Oliveira de Azeméis em galerias e em espaços públicos um pouco por todo o mundo; c) Disponibilidade em colaborar com o município e com outras instituições; d) Orgulho que representa para a cidade e para o município de Oliveira de Azeméis; e e) Por se tratar de uma grande referência no plano da escultura nacional e internacional; - Ser este o momento apropriado para que o Município lhes reconheça publicamente todo o mérito e os homenageie ao mais alto nível; - Que a medalha de mérito municipal destina-se a galardoar pessoas individuais ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, pela prática de atos de que teria resultado aumento de prestígio para o município, melhoria das condições de vida da população ou contribuição relevante no campo da ciência, do ensino, da cultura, da arte ou do desporto (n.º1 do art.º 7º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Oliveira de Azeméis); - Que em 16 de maio do corrente ano, por ocasião das Comemorações dos 30 anos de elevação de Oliveira de Azeméis, a cidade, se procedeu em cerimónia pública e solene, à entrega da medalha de mérito municipal, de grau ouro, a Luís DaRocha, Luís Onofre e Paulo Neves, respetivamente, propõe-se: Ao abrigo do n.º3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro conjugado com o art.º 137º do CPA e pelos fundamentos atrás identificados, a ratificação dos atos praticados com efeitos à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

=====
Pelo Senhor Presidente foi declarado aberto o período de intervenção do público, tendo usado da palavra o munícipe Eng.º António Matias, residente nesta cidade, que disse: Eu estou como utilizador vulnerável, mas eu pensei muito o que é deveria dizer nesta reunião de hoje, pensei mesmo muito. Havia várias maneiras de abordar o tema, mas cheguei à conclusão que a melhor maneira é fazer uma pergunta para esta mesa. Para que é que serve as leis? Eu tenho a minha resposta e espero que os senhores tenham a vossa e que alguma coisa seja feita, porque viver num país sem leis acho que não é solução. A propósito desse tema gostaria de fazer um pedido, costuma-me dizer, à comunicação social para que ela reservasse um espaço um bocadinho maior para todos os temas que o povo levanta nesta reunião e que normalmente passam despercebidos para o mais comum dos mortais que lê o Correio de Azeméis. Acho que merecíamos um pouquinho mais de atenção. A segunda coisa, eu lamento porque trago coisas menores para esta reunião, porque as coisas grandes, repito, são para os senhores, mas há uma coisa que gostaria também de acrescentar hoje: vi o empenho que todos tiveram, a Câmara Municipal, a comunicação social, todo o mundo, com a queima das fitas. Achei ótimo, positivo, mas acho que seria aconselhável nessa reunião de apresentação, nessa conferência de imprensa, como queiram chamar, lembrar a esses estudantes que também competiria a eles limpar a sujeira que fazem, por exemplo: afixaram os cartazes da queima das fitas em toda a cidade, em n lugares mas ninguém se dignou a tirá-los após a queima das fitas e se passarem em Oliveira de Azeméis ainda vão encontrar esses cartazes afixados. E podia estender essa conversa, lamentavelmente isto não será tema de conversa, um pouco mais além, porque é que ainda temos costumes medievais nesta cidade. Fala-se tanto em prestigiar e os costumes medievais ainda estão aí, reparem nos muros dos nossos prédios, afixa-se qualquer coisa e fica lá eternamente. Se querem continuar com esse processo de divulgação das coisas arranjam outro sistema ou outra maneira e vão visitar a Branca, aí ao lado. E parece que não é a única, tem uma placa afixada para as pessoas afixarem o que querem divulgar, mas não é em qualquer lugar. Muito obrigado. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Senhor Artur Costa, residente nesta cidade, que fez a seguinte intervenção: Saudações a todos os presentes. Saudá-los com amizade foi o que me trouxe aqui, por me ter sido impossível cá vir dois meses atrás. Estou agora aqui, tendo deixado a minha esposa em casa sozinha, julgo que a minha filha já lá esteja. Quanto a observações, faço algumas: existe uma rotunda em Lações de Baixo que quem circula na Rua Eduardo Paul para entrar na antiga Estrada Nacional n.º 1 não vê se não no meio dessa estrada quem vem do lado de Santiago, tal é a altura da vegetação selvagem que está nessa rotunda, tem a minha altura, é preciso mesmo entrar na faixa de rodagem do outro lado para se ver se vem alguém da esquerda. Todos reparamos, tornou-se talvez engraçado, na vendedeira que está colocada no sítio onde havia o “menino da pilinha”, ora aquilo não é nenhum espantalho, mas o efeito que tinha a dar já deu e manter-se lá não é agradável. Assim como a altura que as tílias do jardim já têm nesta altura ultrapassa os telhados das moradias da rua poente. Eu nunca vi nos meus tempos de criança, de juventude, de adolescência que iam chegar a tamanha altura. Não é por serem altas que fazem

mais sombra, a sombra resulta da forma como é parada que dá a ideia de um guarda-sol e nessa ocasião todo o jardim fica ensombrado. Tenho em casa o retalho de um jornal, para aí de 1950 ou 1960, e em que se vê as árvores que não têm nem três metros de altura, coisa que aquelas já têm para aí uns dez. Coisa que é impossível, é impossível. Estes dias de mau tempo provocaram alguns buracos nas nossas ruas, eu agora passei por um em que já era costume acontecer, ali junto aos armazéns do falecido Neca Couto, houve lá uma grande confusão de obras por causa de umas minas que lá passavam, pois aquilo já está outra vez com um buraco para cima de dez centímetros de profundidade. O Dr. Ricardo sabe bem, porque morou lá perto. Senhor Presidente, como Membro dos Corpos Sociais da Casa Museu Regional reforço as palavras aqui proferidas pelo Senhor Dr. Manuel Alberto e desde já manifesto a minha satisfação pela verba que anunciou, não dará para tudo, mas dá para alguma coisa. Outra pergunta que já aqui foi feita várias vezes, mas ainda não veio à luz do dia, que é feito do Monumento Centenário ou melhor quanto vai custar o arranjo dos restauros que sofreu até agora. Também fiquei satisfeito com a diminuição da dívida da autarquia, que assim continue. Por outro lado, por vezes com pouco pode-se fazer muito. Foi o que aconteceu com a realização do Mercado à Moda Antiga. Repetir mais uma vez que do Mercado à Moda antiga não tem nada, chamem-lhe o nome que quiserem “Confraternização de Coletividades”, qualquer coisa menos Mercado à Moda Antiga. O Senhor Vereador Dr. Manuel Alberto, atual Presidente da Assembleia Geral da Casa Museu Regional pode ver lá, eu não sei, mas aí umas trinta ou quarenta fotografias que mostram o que era o mercado à moda antiga e até mesmo ali no jardim, mesmo na Praça, está lá aquele painel de azulejo e aquilo sim era o mercado à moda antiga, não é nada disto, isto tanto podia ser feito ali como na Feira dos Onze, como no pavilhão, como no campo de futebol, como no Parque de La-Salette, aquilo é uma reunião de coletividades em que o interesse deles é ver se arranjam um proveito. Curiosamente parece-me que foi o ano que se gastou menos com o evento e em que as coletividades estiveram mais lucro e em que em Oliveira de Azeméis nunca esteve tanta gente ao sábado à noite como teve desta vez. Eu para tirar três ou quatro fotografias tive de pedir mais de vinte vezes licença para poder avançar. Eram aos milhares, não era às centenas, não havia espaço nas mesas das instituições para se estar sentado a comer, mas via toda a gente sentada a comer e se calhar mais a comer de pé. Dou-lhe um exemplo, talvez o maior, o Grupo Macinhatense vendeu oito porcos no espeto, mais uns latões de rojões, esta coletividade para mim foi a que mais lucro obteve. A Associação Recreativa e Cultural de Palmaz, que é pequena e que estava perto do tribunal, só fez novecentos euros no sábado, no domingo não sei. Dos novecentos euros eles já estavam todos contentes, talvez lhes calhasse cem ou duzentos, cem é melhor do que nenhum. Eu já no ano passado disse aqui que este evento devia ser bianual, as coletividades que estiveram e se inscreveram agora, para o ano viriam em setembro e ainda este ano as outras que não vieram podiam vir em setembro, porque estas são as duas melhores alturas, esta porque acontece em finais de primavera, princípios de verão e a outra coincide com o fim do verão e os dias são quase iguais no tempo, quer em maio, quer em setembro. E dava possibilidade a todos, porque não podem vir todos, não cabem todos, são muitas as

coletividades e há outras que queriam vir. Tenho que informar o Senhor Presidente e o Senhor Dr. Pedro de que já fui com o Senhor Presidente da Sociedade de Riba-Ul escolher as peças para o Campeonato Concelhio. Portanto, mantive o mesmo trajeto, setecentos euros todos os anos, este ano também setecentos euros, não deixei ultrapassar essa verba. Curiosamente foi com alguma clareza a entrevista que o funcionário do Berço Vidreiro deu à TV. Palavras simples que toda a gente percebeu e que fez jus a um trabalho e a uma dedicação que tem e que levou bem longe essa notícia que é muito boa para a nossa terra. Eu já dei uma volta pelo Parque de La-Salette, melhor dei duas. Uma, quando cheguei lá e vi aquilo tudo escavacado quase que até apetecia, mas não tinha por onde, fugir, é que aquilo estava tudo embaraçado com entulhos, com isto, com aquilo, com árvores caídas, com árvores a cair, com árvores tombadas e eu passo a passo lá dei a volta. A segunda vez que eu fui, já encontrei a rua principal calcetada a paralepípedos, tenho assim um bocado de constrangimento quanto a isso, mas como aquilo será por causa das viaturas darem a volta ainda passa. Para quem vai a pé esses tubos são autênticas ratoeiras principalmente para os saltos. Por outro lado, não sei se V. Exas já sabem, se souberem melhor, é porque já está decidido, perguntei a um dos senhores trabalhadores das obras que lá andam, como é que ia ser o piso das outras ruas circundantes, as laterais, as transversais, os caminhos, etc. Um deles disse que até já falaram em ser em alcatrão e eu disse o quê? Eu ouvi bem? Alcatrão aqui no parque, agora que já tem tudo empedrado? Veio outro que disse “não pense nisso, porque ainda não se sabe se vai levar tapete de cor, daqui por algum tempo passe cá que pode ser que já esteja resolvido. Senhor Presidente, num sítio verde não ponha preto. E outra coisa, ainda com respeito a La-Salette, seis, sete, oito, nove, dez anos atrás, nesta casa, nesta sala, com outras pessoas, houve aqui muita discussão sobre um prédio a construir mesmo na ladeira do Parque de La-Salette que ainda lá está só com os tijolos. O que é que aconteceu? Não sei. A Câmara interveio para que não se fizesse e agora aquilo que já está lá há seis ou sete anos é um postal muito feio, porque enquadra-se logo com o escadório da capela. O Senhor Presidente tem um sítio muito bom para ver isso, quando vai ao futebol fica mesmo em frente aos camarotes. Muito obrigado e desculpem este alongamento. A Câmara registou. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

=====
E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====